

18º

ENCONTRO NACIONAL  
DO PODER JUDICIÁRIO

2ª REUNIÃO PREPARATÓRIA

21 DE AGOSTO DE 2024

# RELATÓRIO



18<sup>o</sup>

ENCONTRO NACIONAL  
DO PODER JUDICIÁRIO

2<sup>a</sup> REUNIÃO PREPARATÓRIA

21 DE AGOSTO DE 2024

# RELATÓRIO



## CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

### **Presidente**

Ministro Luís Roberto Barroso

### **Corregedor Nacional de Justiça**

Ministro Mauro Campbell

### **Conselheiros**

Ministro Guilherme Caputo Bastos

José Edivaldo Rocha Rotondano

Renata Gil de Alcantara Videira

Mônica Autran Machado Nobre

Daniela Pereira Madeira

Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha

Guilherme Guimarães Feliciano

Pablo Coutinho Barreto

João Paulo Santos Schoucair

Daiane Nogueira de Lira

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

### **Secretária-Geral**

Adriana Alves dos Santos Cruz

### **Secretário de Estratégia e Projetos**

Gabriel da Silveira Matos

### **Diretor-Geral**

Johaness Eck

## **DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA (DGE)**

### **Diretora**

Fabiana Andrade Gomes e Silva

### **Assistente II**

Priscila Alberti Leite

### **Chefe substituto da Divisão de Gestão Estratégica do Poder Judiciário**

Pedro Farage Assunção

### **Seção de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário**

Marcos Vinícius Silva Campos

## **EXPEDIENTE**

### **SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

#### **Secretária de Comunicação Social**

Giselly Siqueira

#### **Coordenador de Mídias**

Jônathas Seixas de Oliveira

#### **Projeto gráfico**

Eron Castro

#### **Revisão**

Carmem Meneses

2024

### **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 - CEP: 70070-600

Endereço eletrônico: [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	7
SOLENIIDADE DE ABERTURA .....	8
APRESENTAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO <i>RANKING</i> DA TRANSPARÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO – ANO 2024 .....	10
LANÇAMENTO DO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE 2025 .....	12
REUNIÕES SETORIAIS DOS SEGMENTOS DE JUSTIÇA .....	13
PAINEL 1 – APRESENTAÇÃO DE AÇÕES DE ACESSIBILIDADE NO CNJ .....	16
PAINEL 2 – PADRONIZAÇÃO DE EMENTAS .....	18
APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE METAS NACIONAIS PARA 2025 PELOS SEGMENTOS DE JUSTIÇA .....	20
ENCERRAMENTO .....	22
ANEXO I – PROGRAMAÇÃO DA 2ª REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA O 18º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO .....	23
ANEXO II – LINKS DAS APRESENTAÇÕES DO EVENTO .....	25



# INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou, no dia 21 de agosto de 2024, a **2ª Reunião Preparatória para o 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário**.

O evento, que ocorreu presencialmente na sede do CNJ, em Brasília/DF, contou com a participação de presidentes dos tribunais, de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e das áreas de Gestão Estratégica.

A 2ª Reunião Preparatória teve como objetivo acompanhar o desenvolvimento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021–2026; lançar os critérios do Prêmio CNJ de Qualidade – 2025; divulgar o resultado do *Ranking* da Transparência do Poder Judiciário 2024; e consolidar as propostas de Metas Nacionais para 2025 pelos segmentos de Justiça.

Ressalta-se que este Relatório tem o propósito de expor, de forma resumida, o que foi apresentado e debatido no evento. Para tanto, exhibe referências, *links* e imagens dos principais acontecimentos.

# SOLENIDADE DE ABERTURA

A solenidade de abertura foi realizada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Luís Roberto Barroso, que cumprimentou todas as pessoas presentes e ressaltou a importância da parceria entre o CNJ e os tribunais para melhorar a vida dos jurisdicionados.

Na sequência, enfatizou a relevância de manter o foco na primeira infância, de 0 a 6 anos, considerada fase crucial para o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças. Abordou, ainda, os esforços contínuos para combater a violência doméstica e contra a mulher, incluindo campanhas de conscientização nas redes sociais e na televisão.

Outro ponto destacado foi a discussão sobre a modernização e digitalização do sistema judiciário brasileiro. O Ministro Luís Roberto Barroso anunciou o lançamento de um portal de serviços do Poder Judiciário que permitirá o acesso aos processos em andamento no país, facilitando a atuação dos advogados e do público em geral. Essa plataforma também contará com um sistema de monitoramento de precatórios federais e estaduais, que visa aprimorar a eficiência e a transparência.

A padronização dos procedimentos no Judiciário também foi mencionada, com apresentação da proposta de padronização das ementas nos tribunais, para aperfeiçoar a catalogação e localização dos precedentes. A proposta trata da simplificação e uniformização das ementas, com o objetivo de facilitar o trabalho dos juízes e desembargadores e promover maior eficiência ao sistema judiciário.

Quanto à importância da sustentabilidade para o Poder Judiciário, o ministro Presidente citou a adoção de práticas mais ecológicas, como o uso de energia fotovoltaica nos tribunais e a eliminação de garrafas plásticas, em resposta às mudanças climáticas globais.

Informou que está sendo discutida a criação do Exame Nacional de Cartórios, para padronizar a qualidade e integridade dos serviços notariais no Brasil. Por fim, destacou a problemática das execuções fiscais, que representam um grande gargalo para a justiça brasileira.

Em seguida, o corregedor ministro Mauro Campbell Marques reafirmou seu compromisso em colaborar com o CNJ, enfatizando a importância do papel do juiz na sociedade. Reforçou a importância da atividade correccional e a necessidade de uniformizar rotinas administrativas nos tribunais.

Com a palavra, o ministro Lélío Bentes afirmou a importância da transparência para fortalecer a confiança da sociedade no Poder Judiciário, abordando a evolução do Judiciário em termos de definição de metas e prestação de serviços. Salientou a necessidade de alinhar as metas judiciais com as expectativas da sociedade, especialmente na proteção de grupos vulneráveis e no combate ao feminicídio. Além disso, mencionou o lançamento de três protocolos que orientam a magistratura trabalhista em questões de discriminação, combate ao trabalho escravo, tráfico de pessoas e proteção à infância e adolescência, buscando uma prestação jurisdicional comprometida com a promoção dos direitos sociais.



Solenidade de abertura

# APRESENTAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO *RANKING* DA TRANSPARÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO — ANO 2024

Para apresentar o resultado final do *Ranking* da Transparência do Poder Judiciário — ano 2024, o conselheiro ministro Guilherme Caputo Bastos destacou a importância de avaliar o grau de informação disponibilizada pelos tribunais e conselhos ao cidadão e explicou que o *ranking* é instrumento crucial para medir a transparência dos trabalhos do Judiciário, sendo uma forma de reconhecimento e estímulo à melhoria contínua na comunicação com a sociedade.

Na sequência, foram apresentados os tribunais que ficaram nos primeiros lugares por ramo de Justiça, atingindo o maior percentual de cumprimento dos itens:

- a) Justiça estadual: Tribunal de Justiça do Amazonas, Tribunal de Justiça da Bahia, Tribunal de Justiça de Goiás e Tribunal de Justiça do Pará;
- b) Justiça federal: Tribunal Regional Federal da 2ª Região;
- c) Justiça do trabalho: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS), Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA) e Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (SE);
- d) Justiça militar: Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais;
- e) Justiça eleitoral: Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, Tribunal Regional Eleitoral do Ceará e Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul; e
- f) Tribunais superiores: Tribunal Superior do Trabalho.



**Apresentação do resultado final do *Ranking da Transparência 2024***

# LANÇAMENTO DO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE 2025

A secretária-geral do CNJ, Adriana Alves dos Santos Cruz, mencionou a disponibilização da minuta do Prêmio CNJ de Qualidade 2025, destacando a importância da colaboração dos tribunais na premiação para o próximo ano. Explicou que os tribunais terão o período de 9 a 28 de setembro de 2024 para manifestar-se sobre os critérios da premiação, e que, após análise, em dezembro, vai ser lançada a portaria definitiva da premiação.

Por fim, a Secretária convidou todos a participarem de um encontro virtual nos dias 12 e 13 de setembro de 2024 para discutir o desenvolvimento dos critérios de forma colaborativa.



Lançamento do Prêmio CNJ de Qualidade 2025

# REUNIÕES SETORIAIS DOS SEGMENTOS DE JUSTIÇA

As reuniões setoriais foram realizadas de forma presencial e simultânea na tarde do dia 21 de agosto, com o objetivo de discutir e consolidar as propostas de Metas Nacionais e Metas Específicas dos segmentos de justiça para 2025, além de promover os ajustes finais e a validação pelos integrantes da Rede de Governança Colaborativa da proposta do segmento a ser apresentada na plenária.

Nas reuniões setoriais, estiveram presentes os presidentes de tribunais e/ou representantes designados, além de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e assessores das áreas de gestão estratégica. Os trabalhos das setoriais foram conduzidos pelos coordenadores dos segmentos de justiça na Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, com o apoio dos conselheiros do CNJ.

## Segmento da Justiça Eleitoral (TSE e TREs)



### Segmento da Justiça do Trabalho (TST, CSJT e TRTs)



### Segmento da Justiça Estadual (TJs)



**Segmento da Justiça Federal (STJ, CJF e TRFs)**



**Segmento da Justiça Militar (STM e Justiça Militar Estadual)**



# PAINEL 1 – APRESENTAÇÃO DE AÇÕES DE ACESSIBILIDADE NO CNJ

Para o painel Apresentação de Ações de Acessibilidade no CNJ, compuseram a mesa o conselheiro Luiz Fernando Bandeira de Melo e os juízes auxiliares da Presidência do CNJ Katia Herminia Martins Lazarano Roncada e Fábio Cesar dos Santos Oliveira.

Inicialmente, o juiz auxiliar Fábio Oliveira falou sobre a questão da inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência no Poder Judiciário, destacando a disparidade entre o percentual de pessoas com deficiência na população brasileira e a sua representação nos cargos de magistrados e servidores judiciais. Destacou que o CNJ faz esforço para promover a acessibilidade e a inclusão dessas pessoas nos órgãos do Judiciário, mas reconheceu que muito ainda precisa ser feito para garantir igualdade e cidadania no ambiente de trabalho.

Com a palavra, a juíza auxiliar Katia Roncada pontuou a importância e a necessidade de adaptação dos fóruns e dos tribunais, especialmente em cidades do interior, onde as barreiras físicas persistem e muitas vezes impedem a plena inclusão de pessoas com deficiência. A juíza citou exemplos de casos ilustrando as dificuldades enfrentadas, como a lotação inadequada de servidores com deficiência em locais onde as condições de acessibilidade são insuficientes. A juíza apontou que pesquisa realizada pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) revelou que a inclusão, no Judiciário, ainda está muito aquém do necessário, com muitos profissionais com deficiência se sentindo não acolhidos ou enfrentando barreiras significativas.

Em seguida, o juiz auxiliar Fábio Oliveira destacou alguns pontos da Instrução Normativa CNJ n. 103/2024, que instituiu o Programa de Acessibilidade e Inclusão do Conselho Nacional de Justiça, como adaptações arquitetônicas, acessibilidade nas comunicações, uso de tecnologias assistivas e a implementação de jornadas especiais de trabalho para servidores com deficiência ou que prestem cuidados a familiares com deficiência ou idosos. Essas medidas visam garantir a dignidade, a igualdade de oportunidades e a efetiva participação de pessoas com deficiência nos processos judiciais.



**Panel – Apresentação de ações de acessibilidade no CNJ**

## PAINEL 2 – PADRONIZAÇÃO DE EMENTAS

Para apresentar o Painel – Padronização de Ementas, compuseram a mesa a conselheira Daniela Madeira, o secretário de Estratégia e Projetos, Gabriel Matos, e o juiz auxiliar da Presidência Frederico Montedonio Rego.

O secretário de Estratégia e Projetos, Gabriel Matos, iniciou sua fala abordando a importância da padronização das ementas no Poder Judiciário e destacou a relevância de usar ferramentas de inteligência artificial, contudo ponderou a necessidade de cautela em seu uso, visto que, ao inserir dados nessas ferramentas, é possível que as informações sejam enviadas para a nuvem, tornando-as acessíveis a terceiros.

O juiz auxiliar da Presidência Frederico Montedonio ressaltou que a falta de uniformidade nas ementas dificulta o acesso a precedentes judiciais e a compreensão das decisões pelos usuários do sistema de justiça. Assim, a recente Recomendação n. 154/2024 foi criada para padronizar as ementas, facilitando a busca e o uso de precedentes, além de promover linguagem simples e acessível.

Em seguida, a conselheira Daniela Madeira elogiou a padronização das ementas, destacando que isso facilita a definição e a análise de casos, permitindo identificar, de forma clara, as questões discutidas, as razões de decidir e a tese aplicada. Contudo, a conselheira expressou preocupação com o uso de ferramentas de inteligência artificial e informou que o CNJ está buscando entender melhor a utilização dessas iniciativas e reforçou a importância de orientação e cuidado com a massa de dados gerada por essas tecnologias.



**Panel – Padronização de Ementa**

# APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE METAS NACIONAIS PARA 2025 PELOS SEGMENTOS DE JUSTIÇA

Para apresentar as propostas de Metas Nacionais para 2025 pelos segmentos de Justiça, foram convidados para compor a mesa a conselheira do CNJ Daiane Nogueira de Lira, Adriana Alves dos Santos Cruz, secretária-geral do CNJ, Gabriel da Silveira Matos, secretário de Estratégia e Projetos do CNJ, Fábio Cesar dos Santos Oliveira, juiz auxiliar da Presidência do CNJ e coordenador do Departamento de Gestão Estratégica, e Fabiana Andrade Gomes e Silva, diretora do Departamento de Gestão Estratégica do CNJ.

Os representantes dos tribunais apresentaram suas respectivas propostas de metas nacionais e específicas, que foram debatidas e acordadas durante as reuniões setoriais dos segmentos. Segue, abaixo, a relação dos apresentadores das propostas de metas para 2025 durante a plenária final do evento:

## **Superior Tribunal de Justiça**

Nome: Maria Paula Cassone Rossi

Cargo: juíza auxiliar da Presidência

## **Tribunal Superior do Trabalho e Justiça do Trabalho**

Nome: Adriana Meireles Melonio

Cargo: juíza auxiliar da Presidência do Tribunal Superior do Trabalho

## **Justiça Federal**

Nome: Daniel Marchionatti Barbosa

Cargo: secretário-geral do Conselho da Justiça Federal

### **Justiça Estadual**

Nome: Pedro Lúcio Silva Vivas

Cargo: secretário de planejamento e orçamento do Tribunal de Justiça da Bahia

### **Justiça Militar**

Nome: Clovis Santinon

Cargo: desembargador militar do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo

### **Justiça Eleitoral**

Nome: Daniel Carlos Lima Correia

Cargo: coordenador de Gestão Estratégica e Socioambiental do Tribunal Superior Eleitoral

Para informações adicionais sobre as apresentações realizadas pelos coordenadores dos segmentos de justiça, acesse:

[Superior Tribunal de Justiça](#)

[Tribunal Superior do Trabalho e Justiça do Trabalho](#)

[Justiça Estadual](#)

[Justiça Federal](#)

[Justiça Eleitoral](#)

[Justiça Militar](#)



Apresentação das propostas de Metas Nacionais para 2025 pelos segmentos de Justiça

## ENCERRAMENTO

Compuseram a mesa de encerramento o corregedor nacional de Justiça, ministro Luiz Felipe Salomão, e o conselheiro do CNJ José Rotondano.

Em razão do encerramento do mandato do ministro Luiz Felipe Salomão como corregedor nacional de Justiça, o conselheiro José Rotondano aproveitou a ocasião para destacar o legado significativo deixado pelo ministro, enfatizando sua contribuição para aproximar a Corregedoria das cortes locais e seu investimento em políticas públicas de viés social. Enfatizou que a gestão do ministro é destacada pela sua postura aberta ao diálogo e compreensão das diversas realidades do Poder Judiciário, além de promover a transformação no acesso dos cidadãos aos serviços judiciais.

O ministro Luiz Felipe Salomão ressaltou a importância da alternância de gestão no Poder Judiciário, destacando que, apesar das mudanças e transições naturais, o aprendizado e as trocas de experiências são permanentes. O ministro comentou sobre os desafios enfrentados desde a Constituição de 1988, que resultaram no aumento expressivo de demandas judiciais, com o Brasil atualmente apresentando uma das maiores taxas de litígios do mundo. Abordou, ainda, os desafios na gestão do Judiciário, especialmente em termos de recursos humanos e tecnológicos, salientando a importância de continuar investindo em tecnologia, como forma de lidar com a alta demanda de processos. Por fim, elogiou o papel do CNJ na coordenação do planejamento estratégico nacional e reforçou a importância do evento para a definição de metas do Poder Judiciário. O ministro Salomão concluiu agradecendo a todos os envolvidos e enfatizando a necessidade de continuar o trabalho focado em resultados e na eficiência do serviço prestado à cidadania.

# ANEXO I —

## PROGRAMAÇÃO DA 2ª REUNIÃO PREPARATÓRIA PARA O 18º ENCONTRO NACIONAL DO PODER JUDICIÁRIO

- Data:** 21 de agosto de 2024.
- Público-alvo:** Representantes dos tribunais e da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.
- Objetivos:** Acompanhamento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021–2026; apresentação dos premiados no *Ranking* da Transparência; e consolidação das propostas de Metas Nacionais para 2025.
- Formato:** Presencial

21 DE AGOSTO DE 2024	
9h	Credenciamento
10h-12h15	<b>Solenidade de Abertura</b> Apresentação do resultado final do <i>Ranking</i> da Transparência do Poder Judiciário – ano 2024 Lançamento do Prêmio CNJ de Qualidade – 2025 <b>Ministro Luís Roberto Barroso</b> , presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça
12h15	Intervalo para almoço
14h15	<b>Reuniões setoriais dos segmentos de Justiça</b> Coordenação: coordenadores dos Comitês Gestores dos Segmentos de Justiça
16h15	<i>Coffee-break</i>

<b>16h45</b>	<b>Painel 1 – Apresentação de ações de acessibilidade no CNJ</b> <b>Dra. Katia Herminia Martins Lazarano Roncada</b> , juíza auxiliar da Presidência do CNJ <b>Dr. Fábio Cesar dos Santos Oliveira</b> , juiz auxiliar da Presidência do CNJ
<b>17h15</b>	<b>Painel 2 – Padronização de Ementas</b> <b>Dr. Gabriel da Silveira Matos</b> , juiz auxiliar da Presidência do CNJ <b>Dr. Frederico Montedonio Rego</b> , juiz auxiliar da Presidência do CNJ
<b>17h30</b>	<b>Apresentação das propostas de Metas Nacionais para 2025 pelos segmentos de Justiça</b> <b>Daiane Nogueira de Lira</b> , conselheira do CNJ <b>Dra. Adriana Alves dos Santos Cruz</b> , secretária-geral do CNJ <b>Dr. Gabriel da Silveira Matos</b> , secretário de Estratégia e Projetos do CNJ <b>Dr. Fábio Cesar dos Santos Oliveira</b> , juiz auxiliar da Presidência do CNJ <b>Fabiana Andrade Gomes e Silva</b> , diretora do Departamento de Gestão Estratégica do CNJ
<b>18h30</b>	<b>Encerramento – Corregedor Nacional de Justiça</b> <b>Ministro Luis Felipe Salomão</b> , corregedor nacional de Justiça

## ANEXO II — LINKS DAS APRESENTAÇÕES DO EVENTO

Os vídeos de apresentação da Reunião e dos respectivos painéis realizados no evento podem ser acessados pelos *links*:

[2ª Reunião Preparatória para o 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário \(manhã\)](#)

[2ª Reunião Preparatória para o 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário \(tarde\)](#)

Outros links:

[Acesse o resultado completo do Ranking de Transparência do Poder Judiciário 2024](#)

[Acesse a minuta da portaria com os critérios do Prêmio CNJ de Qualidade 2025](#)





